

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agro-bioenergia/Biodiesel

Período de Análise: 01/09/2015 a 30/09/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL	4
ETANOL	4
Programa de armazenamento de etanol frustra usinas. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 05/09/2015	4
Setor de cana-de-açúcar consegue aumento médio da produtividade das lavouras para Safra 2015/2016 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 15/09/2015	5
Cargill perto de comprar mais duas usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 17/09/2015	6
JOB reduz em 2,4 milhões de t produção de açúcar no Centro-Sul. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 17/09/2015	8
Raízen deverá processar 61 milhões de toneladas de cana em 2015/16. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2015	8
Demanda forte deve limitar oferta de etanol no Centro-Sul no fim da safra. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2015	9
Desembolsos do BNDES para usinas vão diminuir até 42%. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. Fabiana Batista. 23/09/2015	9
Modelo de comercialização do etanol é engessado e frágil. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 23/09/2015	11
Moagem de cana cai 26% na 1ª quinzena de setembro. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 24/09/2015	12
Preço do etanol sobe nos postos de combustíveis de 16 Estados. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 28/09/2015	13
Única crítica juro elevado e menor recurso para renovação de canaviais – Valor Econômico, Agronegócios. 28/09/2015	13
POLÍTICA NACIONAL.....	14
BIODIESEL	14
Governo quer liberar uso de até 30% de biodiesel no diesel para frotas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 23/09/2015	14
ETANOL	15
Kátia Abreu diz estar 'trabalhando duro' pelo aumento da Cide. Gabriela Lara – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/09/2015	15
Setor de etanol discutirá aumento da Cide com o governo. José Roberto Gomes – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/09/2015	16
Celso Ming: O etanol sob ameaça. Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 06/09/2015	17

Aumento da Cide na gasolina é tema de reunião entre CNA, Ministro da Fazenda e membros da Frente Parlamentar do Setor Sucoenergético – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/09/2015.....	18
BNDES aprova R\$ 1,5 bilhão para renovação e implantação de canaviais. Rafael Rosas – Valor Econômico, Agronegócios. 25/09/2015.....	19
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS.....	20
ETANOL	20
Brasil lidera alta global na produção de biocombustível. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 11/09/2015	20
Dólar impulsiona exportação de etanol. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 18/09/2015	21
Apoio da Índia ao açúcar no foco da OMC. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 29/09/2015	22

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL

ETANOL

Programa de armazenamento de etanol frustra usinas. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 05/09/2015

O programa de apoio ao setor sucroalcooleiro foi comemorado no período de divulgação do Plano Agrícola e Pecuário da safra 2015/16.

Ele prometia R\$ 2 bilhões para armazenamento de etanol, não impunha limite para a tomada dos recursos e estipulava TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 2,5%.

Exatos três meses depois, o setor viu que as coisas não são bem assim. O volume financeiro permanece em R\$ 2 bilhões, mas há um limite máximo por tomador de R\$ 500 milhões -ou até 20% da receita operacional bruta. O mínimo é de R\$ 10 milhões.

O problema está no pacote financeiro. Diante das restrições da política econômica, o BNDES não tem como bancar volume como esse.

A solução foi manter o volume financeiro, mas alterar substancialmente as taxas de financiamento.

A empresa que tomar o recurso pagará 25% do valor em TJLP, mas os outros 75% serão a juros de mercado.

Nesse pacote é preciso incluir, ainda, os custos financeiros do BNDES de 1,775% ao ano e os dos agentes financeiros.

"O setor ficou frustrado", diz Antonio Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

A expectativa era boa após a divulgação do programa no plano agrícola e se esperavam condições mais favoráveis, diz o diretor da Unica.

Dentro do novo cenário de custos, essa política pública não vai trazer o efeito que poderia ter sobre o armazenamento de etanol, diz Padua.

O etanol a ser armazenado é para a utilização na entressafra, que começa a partir de dezembro e se intensifica nos primeiros meses do ano.

Nas novas condições do BNDES, o custo do dinheiro vai ser de 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), afirma Padua.

A taxa não tem nenhuma atratividade para as usinas. Muitas, aliás, têm fôlego para negociar condições até melhores do que essa e vão buscar alternativas fora da burocracia do BNDES.

Outras, no entanto, podem não ter as garantias exigidas pelo mercado financeiro, diante da crise que o setor tem vivido nos últimos anos.

Com taxa de 25% baseada na TJLP e o restante na do mercado, o custo médio do dinheiro será de 14% a 15%.

Essa taxa faz as usinas avaliarem o risco de tomar empréstimo e de carregar os estoques de etanol até a entressafra.

SAFRA LONGA

O problema é que essa será uma safra longa e a próxima vai começar mais cedo. Ou seja, como estarão os preços na próxima entressafra?

As empresas dificilmente vão correr o risco de segurar estoques com essa taxa de juros, afirma Padua.

Diante das dificuldades de armazenamento, uma das opções para as empresas é vender agora a produção.

A demanda está aquecida, e os preços são favoráveis aos consumidores. O problema, diz Padua, é que as empresas operam no prejuízo.

O litro do etanol a R\$ 1,20 nas usinas gera uma receita de R\$ 96 por tonelada de cana. As empresas necessitam de R\$ 120 por tonelada.

Preços a R\$ 1,40 por litro gerariam receitas de R\$ 112 por tonelada, facilitando a vida das usinas e ainda mantendo uma paridade do etanol, em relação à gasolina, inferior a 70%.

Acima desse percentual, a utilização da gasolina é mais favorável para o consumidor.

A queima da produção de etanol em ritmo acelerado como vem ocorrendo -cerca de 1,5 bilhão de litros por mês- e a dificuldade de estocagem pelas usinas farão com que o ajuste de preços da próxima entressafra seja em condições mais abruptas, de acordo com Padua.

*

Crédito Nos dois primeiros meses desta safra 2015/16, o volume de contratação de crédito com recursos controlados já soma R\$ 24,4 bilhões.

Acima Esse montante supera em 18% os R\$ 20,7 bilhões de julho e agosto do ano passado, segundo André Nassar, secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura.

Mais queda O etanol foi negociado, em média, a R\$ 1,921 nos postos de São Paulo, 0,5% menos do que na semana anterior. Já a gasolina esteve a R\$ 3,115 por litro.

Paridade Os dados são de pesquisa da Folha feita em 50 postos da cidade de São Paulo. Os dados mostram que, nesses patamares de preços, o etanol vale apenas 61,7% da gasolina, uma paridade bem favorável ao consumidor.

Soja As importações da China deverão somar 78 milhões de toneladas na safra 2015/16, acima dos 76 milhões da anterior, segundo dados do Usda.

Setor de cana-de-açúcar consegue aumento médio da produtividade das lavouras para Safra 2015/2016 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 15/09/2015

Brasília (15/09/2015) – Nas últimas safras de cana-de-açúcar a adversidade climática foi um dos grandes fatores de restrição na produção. Para a safra 2015/2016 observa-se uma reversão nesta tendência com um aumento médio da produtividade das lavouras. Esta é uma das conclusões geradas a partir dos 15 painéis de Levantamento de Custos de Produção de Cana-de-Açúcar, Açúcar, Etanol e Bioeletricidade do Projeto Campo Futuro da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os painéis foram realizados em 15 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Alagoas. Mais de 150 produtores rurais participaram dos eventos. A iniciativa é uma parceria da CNA com o Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), ligado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).

De acordo com o assessor técnico da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar da CNA, Rogério Avellar, a próxima etapa é validar os documentos com análise de todas as informações colhidas nos estados participantes. “Além da coleta presencial de dados, realizamos mais 10 painéis online para atualizar os dados dos levantamentos de informações feitos do ano passado. Dessa forma, estamos sempre bem informados das questões do setor”, ressalta.

Com as informações obtidas, a CNA vai formar uma rede atualizada de dados de custo de produção em várias atividades agropecuárias. São contemplados no Projeto Campo Futuro: bovinoculturas de corte e de leite, arroz, algodão, soja, milho, trigo, silvicultura, piscicultura, avicultura, suinocultura e fruticultura (laranja e cacau). Estas informações obtidas a partir de painéis servirão para orientar o produtor rural na gestão da sua propriedade rural e na tomada de decisões em sua atividade.

O projeto Campo Futuro, criado pela CNA, faz desde 2007 o levantamento de informações econômicas para contribuir nas decisões do produtor rural.

Cargill perto de comprar mais duas usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 17/09/2015

A Black River, gestora de recursos da multinacional americana Cargill, está em negociações avançadas para adquirir as duas usinas do grupo paulista Antônio Ruette Agroindustrial, conhecido como Grupo Ruette. A due diligence já foi praticamente concluída e o foco agora é definir os últimos detalhes financeiros do negócio, que deve ficar próximo de R\$ 700 milhões. O Grupo Ruette chegou a pedir recuperação judicial em fevereiro, mas mudou de ideia e assinou, em março, um acordo com credores que previa a "entrega" das usinas para venda e liquidação dos débitos.

À época, quando as usinas foram colocadas à venda, além da Black River, outros quatro players assinaram acordos de confidencialidade e entraram na disputa - a gestora Brookfield e as sucroalcooleiras Nardini, Guarani e Santa Isabel. Mas a proposta da Black River é que foi aceita.

Conforme apurou o Valor, a gestora americana colocou na mesa, ao todo R\$ 680 milhões, sendo R\$ 530 milhões em assunção de dívida e R\$ 150 milhões em investimentos. A proposta feita pela Black River de incorporar dívidas de R\$ 530

milhões já considera um desconto de 30% (sobre um passivo total de cerca de R\$ 750 milhões). Os bancos que optarem por esse percentual de abatimento terão um prazo de dez anos, com dois de carência, para receber a parte que lhes cabe, segundo fonte familiarizada com a operação. A gestora americana também propôs pagar à vista os credores que aceitarem um desconto de 50% da dívida.

Neste momento, os bancos e a Black River estão costurando os últimos detalhes do negócio e ajustando o valor final da aquisição. "Faz parte do jogo: a Black River vai tentar baixar o valor, assim como os bancos vão tentar elevá-lo", disse a fonte. Não há prazo estabelecido para a conclusão das negociações, já que se trata de um grupo heterogêneo formado por cerca de 30 instituições credoras, com perfis de tomada de decisão diferentes. Além do Santander, principal credor e mandatário da venda das usinas, estão na negociação o fundo americano Amerra Agri Opportunity, o banco holandês ABN Amro e a ED&F Man Capital Markets, além de BTG Pactual, Banco BBM e Banco do Brasil.

Com duas unidades industriais no Estado de São Paulo, que somam uma moagem de 3,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, o Grupo Ruette causou grande desconforto no mercado financeiro quando protocolou seu pedido de recuperação judicial. Meses antes, havia recebido novos aportes de fundos e bancos, e não apresentava dívidas vencidas. Além disso, às vésperas de acionar a Justiça, suspendeu contratos de exportação de açúcar que haviam sido dados em garantias de alguns empréstimos.

No fim das contas, os dois lados sentaram e firmaram um acordo que "blindou" o grupo de cobranças e protestos (pelos credores signatários) por 180 dias, prorrogáveis por mais 180. Dois bancos não aceitaram o acordo e movem ações de execução de bens contra o grupo. Entre eles, o francês BNP Paribas, que cobra na Justiça R\$ 50 milhões do Grupo Ruette, que tem a assessoria jurídica do escritório Dias Carneiro Advogados. Esse credor ainda tem a possibilidade de aderir ao acordo ou seguir com a execução de bens na Justiça.

Se a aquisição das usinas do Grupo Ruette pela Black River for concretizada, a operação dos ativos ficará à cargo da área de açúcar e etanol da Cargill no Brasil. Procurada pela reportagem, a multinacional respondeu que não comentaria o assunto "até a conclusão do processo".

No Brasil, a americana detém participação em três usinas, que somaram em 2014/15 uma moagem de 9,2 milhões de toneladas de cana. Na paulista Cevasa, tem 63%, e em duas unidades em Goiás que administra em parceria com a SJC Bioenergia, tem 50%. A múlti também prevê concluir em 2016 a ampliação da capacidade de produção de etanol em uma das usinas goianas a partir da utilização do milho como matéria-prima durante a entressafra da cana.

O dólar valorizado frente ao real vem sendo um atrativo para compra de ativos no Brasil, conforme especialistas. No caso desse negócio, se a Black River adquirir as duas usinas da Ruette por R\$ 680 milhões (R\$ 530 milhões, mais o investimento de R\$ 150 milhões), a gestora estará pagando um múltiplo de R\$ 180 por tonelada de cana processada pelo grupo. Para um investidor estrangeiro, como é o caso da Black River,

essa aquisição em dólar (ao câmbio de R\$ 3,80), sairia por um múltiplo de US\$ 48 por tonelada - bem abaixo do múltiplo de US\$ 100/tonelada praticado nos últimos anos no segmento.

JOB reduz em 2,4 milhões de t produção de açúcar no Centro-Sul. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 17/09/2015

SÃO PAULO - A JOB Economia e Planejamento revisou sua projeção para a moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul neste ciclo 2015/16. A consultoria prevê que o volume processado de cana será 3 milhões de toneladas maior do que o estimado em abril, mas o teor de açúcar na cana (ATR) será 2,2% menor, para 133 quilos por tonelada. O florescimento da cana, fenômeno causado por condições adversas de clima, na região centro-oeste de São Paulo é o principal fator para a redução no rendimento industrial da cana.

No fim das contas, a consultoria projetou que a quantidade de produtos (açúcar e etanol) fabricada cairá 1,87%, para 78,5 milhões de toneladas no Centro-Sul. Em abril, a JOB havia estimado uma quantidade de produtos de 80 milhões de toneladas.

Toda a redução recairá sobre o açúcar, cuja produção, conforme a JOB, será de 29,9 milhões de toneladas no Centro-Sul, 2,4 milhões de toneladas a menos do que as 32,3 milhões de toneladas estimadas em abril.

Na visão da consultoria, a produção de etanol nesta safra será de 27,7 bilhões de litros, 700 milhões de litros a mais do que o estimado em abril.

“A demanda por etanol está muito forte. Esta safra não terá excedente. Os estoques de passagem [em 31 de março de 2016] serão apertados, tanto para etanol quanto para açúcar”, afirmou o sócio da JOB, Julio Maria Borges.

Raízen deverá processar 61 milhões de toneladas de cana em 2015/16. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2015

SÃO PAULO - O vice-presidente de Açúcar e Etanol da Raízen, Pedro Mizutani, afirmou que a companhia, que lidera o processamento de cana do país, deverá moer nesta safra 2015/16, que começou em abril, cerca de 61 milhões de toneladas, volume próximo do teto do guidance divulgado pela empresa no início desta safra.

Mizutani reconhece que as chuvas de setembro atrasaram um pouco o ritmo de moagem das usinas do grupo — foram perdidos cinco dias de trabalho na primeira quinzena de setembro. Mas ele acredita que, com o clima agora mais seco, haverá uma recuperação.

O executivo da Raízen, empresa controlada por Cosan e Shell, afirmou que há potencial para os preços do etanol hidratado (usado diretamente no tanque dos veículos) aumentarem de R\$ 0,20 a R\$ 0,25 por litro na entressafra. Esse aumento, se confirmado, faria com que houvesse um maior equilíbrio entre oferta e demanda do produto, elevando a paridade do hidratado com a gasolina no Estado de São Paulo a 70%, ante os 63% atuais.

Demanda forte deve limitar oferta de etanol no Centro-Sul no fim da safra. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 22/09/2015

Para reduzir a demanda mensal por etanol hidratado no Centro-Sul do país e permitir que a oferta seja suficiente para atendê-la ao longo desta safra 2015/16, os preços do biocombustível na região terão que subir ao menos 10%, ou R\$ 0,15 por litro, até dezembro, de acordo com estimativas da Datagro.

Em evento realizado em São Paulo, o diretor da empresa, Guilherme Nastari, afirmou que calcula a disponibilidade de etanol em 2015/16 no Centro-Sul em 16,74 bilhões de litros. Mas, se a demanda continuar em cerca de 1,5 bilhão de litros por mês, serão necessários 18 bilhões de litros para atendê-la nos 12 meses da temporada. "Assim, o preço terá que subir para 'corrigir' esse consumo forte".

Segundo ele, os preços podem se valorizar até mais do que 10% até dezembro caso as exportações brasileiras superem as expectativas do mercado. "O dólar valorizado frente ao real está tornando o etanol brasileiro mais competitivo no exterior", disse.

Nastari também afirmou que, a despeito das projeções de déficit mundial de açúcar na safra internacional 2015/16 - que, "oficialmente" terá início em 1º de outubro -, as cotações da commodity só deverão registrar alguma reação expressiva quando a relação entre estoques e consumo mundial recuar para 41%.

Nas projeções da Datagro, em 30 de setembro de 2016, quando terminará a safra internacional 2015/16, essa relação ainda estará em 46%. "Seria preciso que o déficit mundial acumulado atingisse cerca de 9 milhões de toneladas para que a relação saísse de 46% para 41%", afirmou Nastari.

A Organização Internacional do Açúcar (ISO) projeta déficit de 2,487 milhões de toneladas de açúcar na safra internacional 2015/16. Mas a tendência para 2016/17 é de um déficit ainda maior, de 6,2 milhões de toneladas, conforme afirmou o diretor-executivo da entidade, José Orive, durante o evento da Datagro.

"As projeções consideram um padrão normal de clima. O El Niño pode mudar o cenário", disse ele. Mas Orive concorda que os estoques globais estão elevados, o que mantém as cotações do açúcar sob pressão. "Em cinco temporadas mundiais de superávit, os estoques mundiais alcançaram 25 milhões de toneladas".

Para a região Centro-sul do Brasil, a Datagro manteve sua estimativa para a produção de açúcar em 2015/16 em 31,4 milhões de toneladas - a moagem de cana está projetada em 604,7 milhões de toneladas e a produção de etanol, em 28,2 bilhões de litros.

"Uma próxima revisão [dessas estimativas] vai depender do clima. Se o El Niño de fato for forte, com maior incidência de chuvas, poderemos revisar. Mas, a tendência é que a safra no Centro-Sul do Brasil seja mais longa diante da tendência de alta dos preços do etanol, que deverão estimular as usinas a moer cana após dezembro", disse Nastari.

Desembolsos do BNDES para usinas vão diminuir até 42%. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. Fabiana Batista. 23/09/2015

Os desembolsos do BNDES às usinas sucroalcooleiras deverão cair em 2015 para entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões, afirmou ao Valor o chefe do departamento de biocombustíveis do banco de fomento, Carlos Eduardo Cavalcanti. Se confirmado, será o menor desembolso anual desde 2007, no início do último "boom" do etanol e ano em que a instituição liberou R\$ 3,6 bilhões a empresas da área.

Em 2014, o BNDES desembolsou R\$ 6 bilhões ao segmento, patamar ainda elevado que refletiu as taxas de juros mais baixas das linhas de renovação de canaviais e estocagem de etanol, além dos programas de inovação industrial e agrícola, também com juros subsidiados. No início deste ano, antes do agravamento da situação econômica do país, o banco chegou a projetar desembolsos de R\$ 5 bilhões em 2015. Mas passados dois terços do ano, a instituição ajustou suas expectativas. "Ninguém está investindo", afirmou Cavalcanti.

A baixa previsão de desembolsos em 2015 reflete a fraca demanda das companhias sucroalcooleiras por expansão de capacidade e também os custos mais elevados para a captação de recursos. Pesa, ainda, o elevado nível de endividamento de empresas do segmento, que vem aumentando a taxas de dois dígitos nos últimos anos e tende a ser potencializado com a elevação da taxa Selic e da valorização do dólar em relação ao real.

Segundo Cavalcanti, os desembolsos deste ano devem incluir R\$ 500 milhões em contratações do Prorenova, linha de crédito para renovação de canaviais que, segundo ele, vai começar a ser operacionalizada no início de outubro, após dois meses de atraso. Também haverá desembolsos para projetos protocolados no ano passado, alguns deles relacionados à ampliação da capacidade industrial já existente e de cogeração.

Nos anos anteriores, as usinas tiveram acesso a crédito do BNDES com taxas de juros mais atrativas, o que estimulou a demanda, em especial para renovação de canaviais e estocagem de etanol. As taxas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) também atraíram o interesse dos grupos por aportes em expansão de capacidade existente. Os juros do PSI chegaram a 3% ao ano em 2013, quando as taxas do Prorenova foram de 5,5%.

Para este ano, em que os custos médios de algumas dessas linhas (considerando a remuneração do BNDES e dos bancos repassadores) foram calculados pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) em cerca de 14% ao ano, a expectativa é que a procura por recursos do banco seja baixa. "Podem não ser as melhores taxas. Mas, dadas as dificuldades de se obter juros subsidiados no país, conseguimos após muito esforço atrelar uma parte das linhas à TJLP", disse Cavalcanti, que ontem participou de evento promovido pela Datagro em São Paulo.

Desde 2007, quando foi criado o departamento de biocombustíveis do BNDES, o banco liberou R\$ 45 bilhões ao segmento, distribuídos em mais de 100 projetos. O pico foi em 2010 (R\$ 7,6 bilhões).

As perspectivas de recuperação do segmento no Brasil dependem dos preços do açúcar e do etanol. Segundo o chefe sênior da plataforma de açúcar da Louis Dreyfus Commodities, Jacques Gillaux, os preços do açúcar em real para 2016 já indicam uma

remuneração acima da esperada para o etanol, mesmo que haja uma elevação da alíquota da Cide na gasolina.

Mas a crise perdura e a parcela das usinas em dificuldades tende a manter os preços do etanol pressionados e uma safra mais "alcooleira" também em 2016/17. "Muitas usinas continuarão produzindo mais etanol mesmo com o açúcar mais atrativo, pois o biocombustível permite gerar recursos mais rapidamente", disse Andy Duff, do Rabobank.

Modelo de comercialização do etanol é engessado e frágil. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 23/09/2015

Os desafios do etanol nos mercados brasileiro e norte-americano foram tema de debate nesta terça-feira (22) em encontro do setor sucroenergético em uma conferência internacional promovida pela Datagro, em São Paulo.

Martinho Ono, da SCA Corretora S/A, diz que entre os problemas fora da porteira para o setor está a precificação do etanol anidro com base no hidratado.

As usinas que vendem anidro estão capitalizadas, enquanto as que vendem hidratado, de uma forma geral, estão descapitalizadas.

A necessidade de vendas de hidratado não permite uma alta nos preços.

Ono diz, ainda, que o anidro deveria ser tratado como aditivo e que o preço justo de comercialização deveria ser R\$ 2 por litro na usina. Na semana passada, o etanol anidro -o que vai misturado à gasolina- foi negociado, em média, a R\$ 1,41 por litro nas usinas. O hidratado -o que vai diretamente ao tanque- esteve a R\$ 1,23, segundo o Cepea.

O anidro não deve ser redutor dos preços da gasolina, mas seguir a gasolina A (de maior valor), afirma ele.

O sistema de comercialização também não atua a favor do etanol. Esse sistema está engessado a um modelo que utiliza o retrovisor para definir preços.

Sem negociações no mercado futuro, os preços não evoluem, uma vez que há muitos vendedores e poucos compradores.

Apenas quatro distribuidoras ficam com 80% das vendas de 300 usinas, segundo Juscelino Sousa, do grupo Coruripe.

A não evolução do mercado futuro de etanol no Brasil existe porque é muito cômodo para as distribuidoras, que, assim como está o mercado, não assumem riscos, segundo Ono.

Elas compram um produto que as usinas têm necessidade de vender e têm demanda garantida para ele.

Sem rentabilidade, o setor não consegue trazer investimentos. E esse é um problema gravíssimo, diz Tarcilo Ricardo Rodrigues, da Bioagência.

Plínio Nastari, da Datagro, diz que a comercialização do etanol ainda é frágil no país. O anidro reflete a pouca competitividade do hidratado, negociado à vista no mercado.

O setor tem dificuldades na comercialização, mas é preciso elevar também a eficiência na produção, que serve de redução de custos.

Na avaliação de Pedro Mizutani, da Raízen, o setor tem de elevar a utilização de tecnologia e se conscientizar de que o principal competidor do etanol é a gasolina.

Claro que é necessária uma política de governo mais eficiente, acrescenta ele.

Para Jacyr Costa Filho, da Tereos S/A, o país precisa reconhecer as externalidades do etanol, ou seja, os benefícios extras do produto.

Isso inclui os efeitos ambientais, os relacionados à saúde e os econômicos.

Este último significa a manutenção da indústria descentralizada pelo interior do país, mais emprego, desenvolvimento regional e "saúde financeira" de pelo menos 70 mil produtores do setor de cana.

Estados Unidos

No mercado norte-americano, um dos entraves que o setor de etanol encontra é a queda nos preços do petróleo.

Ela provoca redução nos preços da gasolina, o que acaba afetando também o álcool, segundo Joseph Harroun, da Advance Trading Inc.

Além disso, a produção norte-americana de etanol supera a demanda interna e o setor tem dificuldades em exportar.

Do lado agrônomico, a queda nos preços do milho desencoraja produtores, e a evolução da mistura do etanol na gasolina é lenta.

Mas o setor tem também uma série de pontos favoráveis. Um deles é a queda nos preços do milho, matéria-prima básica da indústria.

Há uma redução das margens no setor, mas a indústria ainda tem uma saúde financeira boa, segundo Harroun.

Moagem de cana cai 26% na 1ª quinzena de setembro. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 24/09/2015

SÃO PAULO - A ocorrência de chuvas na primeira quinzena de setembro fez com que a moagem de cana-de-açúcar da safra 2015/16 no Centro-Sul recuasse 26%, para 29,5 milhões de toneladas, conforme dados divulgados há pouco pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Com isso, a produção de açúcar no intervalo teve forte queda, de 32,7%, para 1,683 milhão de toneladas.

No acumulado até 16 de setembro, a moagem de cana, pela primeira vez no ciclo, ficou abaixo da registrada em igual intervalo o ciclo passado. Foram processados desde o início da temporada até a primeira quinzena do mês, 403,8 milhões de toneladas, 2,14% menos que os 412,6 milhões processados no mesmo período de 2014/15. A produção

acumulada de açúcar foi de 20,8 milhões de toneladas, 10,9% de queda frente ao mesmo intervalo de 2014/15.

De acordo com o diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues, o volume final de cana processado na safra vai depender do ritmo de moagem observado no Estado de São Paulo nos próximos meses. “A quantidade de cana processada pelas unidades paulistas até o momento está 20 milhões de toneladas aquém do índice verificado na safra 2014/15”, explica Rodrigues.

A ocorrência de chuvas e o florescimento dos canaviais afetaram a qualidade da matéria-prima. A quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de cana processada atingiu 149,26 quilos nos primeiros 15 dias de setembro, um pouco abaixo dos 149,64 quilos verificados na mesma quinzena da safra 2014/15. No acumulado desde o início da moagem, o teor de açúcar na cana totalizou 130,9 quilos, contra 134,48 quilos apurados em igual período do ano passado.

Preço do etanol sobe nos postos de combustíveis de 16 Estados. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 28/09/2015

SÃO PAULO - Os preços do etanol hidratado, que é usado diretamente no tanque dos veículos, subiram nos postos de combustíveis de 16 Estados brasileiros entre os dias 20 e 26 de setembro na comparação com a semana anterior, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A maior valorização foi observada no Amapá (8,23%) e no Estado de São Paulo (3,7%), maior centro consumidor de combustíveis do país.

A valorização nos postos reflete a alta do biocombustível na usina em São Paulo que, em setembro, acumula elevação de 9,3%, conforme indicador Cepea/Esalq para o produto.

Mesmo com a valorização nos postos de combustíveis, o etanol hidratado continua mais competitivo em relação à gasolina em seis Estados. Isso acontece, conforme parâmetro mais aceito pelo mercado, quando o preço do biocombustível equivale a menos de 70% do preço da gasolina C.

Essa relação se manteve vantajosa ao hidratado em São Paulo (63%), Paraná (66%), Minas Gerais (63%), Mato Grosso do Sul (68%), Goiás (61,8%) e Mato Grosso (57%).

A competitividade do etanol frente à gasolina segue impulsionando o consumo do biocombustível. Em agosto, foram vendidos pelas distribuidoras aos postos 1,572 bilhão de litros, 48% acima do realizado em agosto de 2014 e 1,47% acima de julho deste ano, conforme dados divulgados na sexta-feira pela ANP.

Unica critica juro elevado e menor recurso para renovação de canaviais – Valor Econômico, Agronegócios. 28/09/2015

SÃO PAULO - Em nota divulgada há pouco, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) afirmou que os elevados juros e a redução dos recursos financeiros disponibilizados pelo Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (Prorenova) “prejudicarão fortemente o processo de reestruturação das lavouras no Centro-Sul do país”.

Anunciado pelo BNDES com o Plano Safra 2015/16, em junho deste ano, e confirmado somente no último dia 25, o Prorenova 2015, criado há dois anos com o objetivo de aumentar a produção canavieira nacional, “disponibilizará um volume total de R\$ 1,5 bilhão – metade do que foi alocado na safra anterior (2014/15) –, com limite financiável de R\$ 7 mil por hectare”, reclamou a entidade em nota.

O diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues, avaliou que as condições impostas para acesso aos recursos do Prorenova estão desconexas com a atual realidade econômica do setor. “Os custos financeiros desta linha não são atrativos, tanto para grandes quanto para pequenos produtores”, afirmou Rodrigues.

Conforme a Unica, já na safra passada, a área plantada na região Centro-Sul do País representou apenas cerca de 14% do total cultivado, percentual muito abaixo da média histórica de 20%. “Esse recuo da taxa de renovação resulta no envelhecimento da lavoura, além de afetar a produtividade agrícola”.

Em 2015, o Prorenova não foi a única linha lançada pelo BNDES que decepcionou o setor sucroenergético, conforme a Unica. “No início de setembro, as condições fixadas para se obter recursos no Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro do BNDES (PASS), destinado ao financiamento para a estocagem de etanol, também causaram preocupação entre os empresários do segmento”.

Conforme a entidade, o problema maior foi a condição de pagamento, que sofreu alteração, principalmente na taxa de juros, que passou a ser composta de custo financeiro misto de 25% baseado em TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 75% em referenciais de mercado, acrescido de 1,775% ao ano para o BNDES (1,375% no caso das MPMEs – Micro, Pequenas e Médias Empresas) e da remuneração da instituição financeira, a ser negociada livremente entre o cliente e o banco repassador do crédito.

POLÍTICA NACIONAL

BIODIESEL

Governo quer liberar uso de até 30% de biodiesel no diesel para frotas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 23/09/2015

SÃO PAULO - O Ministério de Minas e Energia (MME) pretende desburocratizar o uso de biodiesel no diesel em percentuais acima da mistura oficial, de 7%. A medida, que ainda tramita no governo, visa atender aos usos no transporte rodoviário e ferroviário e em máquinas agrícolas.

Atualmente, qualquer uso acima do limite de 7% demanda do interessado a entrega de um projeto à Agência Nacional de Petróleo (ANP), a quem cabe a avaliação do pedido e o monitoramento do uso, caso ele seja aprovado.

O projeto em trâmite no MME permitiria que o interessado possa fazer uso de até 30% de biodiesel no diesel sem a necessidade dessa autorização prévia da ANP, apenas comprando o produto diretamente de uma distribuidora, explica o diretor do departamento de combustíveis renováveis do MME, Ricardo Dornelles.

A proposta do Ministério estabelece o uso de diesel com 20% de biodiesel (B-20) para o transporte rodoviário e de 30% (B-30) para frotas agrícolas e ferroviárias.

O presidente da associação que representa as indústrias de biodiesel do país (Aprobio), Erasmo Carlos Battistella, diz que, se autorizada, a medida será um avanço, mas ainda está aquém do solicitado pelo segmento.

Battistella pontua que o pleito é de desburocratização de uso de biodiesel no diesel até o limite de 100% (B-100) e que a venda possa ser feita diretamente pelas usinas produtoras. “A flexibilização total para frotas cativas elevaria em 1 bilhão de litros, ou 25%, a demanda atual por biodiesel no país”, estimou o presidente da Aprobio.

Battistella diz ainda que é preciso que o governo aprecie outros dois pedidos feitos pelo segmento: o aumento da mistura de 7% para 10% do biodiesel no diesel (B-10) e de uso de B-20 obrigatório no transporte público das cidades com mais de 600 mil habitantes.

ETANOL

Kátia Abreu diz estar 'trabalhando duro' pelo aumento da Cide. Gabriela Lara – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/09/2015

Segundo a ministra da Agricultura, se o tributo subir para R\$ 0,62, arrecadação aumentará entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões

ESTEIO - A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, disse nesta sexta-feira, 4, que está "trabalhando duro" para que ocorra a elevação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os combustíveis, atendendo a uma reivindicação do setor sucroalcooleiro. Segundo ela, a medida representaria um "salto importante" com diferentes efeitos positivos.

Em primeiro lugar, de acordo com Kátia Abreu, um aumento da Cide dos atuais R\$ 0,22 centavos por litro para algo em torno de R\$ 0,60 representaria uma arrecadação extra para a União, entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões. Ela acrescentou que, se o tributo subir para R\$ 0,40, a arrecadação extra será menor, mas também expressiva. "E o setor de açúcar e álcool vai ser fortalecido", disse em visita à Expointer, no Rio Grande do Sul, lembrando que o etanol se tornaria mais competitivo frente à gasolina, o que recuperaria a rentabilidade do setor, ajudando tanto o caixa dos usineiros quanto o do governo.

A declaração coincide com o que foi apurado pelo Broadcast, serviço de informações em tempo real da Agência Estado, com fontes do setor. A informação é de que de fato há dois cenários em estudo. No primeiro, é considerado um aumento parcial do tributo, para algo próximo de R\$ 0,40 por litro. Nessa perspectiva, o litro do derivado de petróleo iria para R\$ 3,49, acarretando em arrecadação de quase R\$ 10 bilhões para o governo. No segundo caso, leva-se em conta a recomposição integral da alíquota, de R\$ 0,22 para R\$ 0,62, que aumentaria o preço da gasolina a R\$ 3,72 e poderia resultar em até R\$ 16 bilhões de arrecadação projetados pelo setor.

Na entrevista na Expointer, a ministra acrescentou que a elevação da Cide geraria "um pouco de inflação", mas amenizou o fato, dizendo que o impacto seria de menos de 1

ponto porcentual. "Se nós subirmos para R\$ 0,60, dá 0,83 ponto porcentual de inflação", explicou.

A ministra afirmou que o governo está analisando esses fatores para decidir sobre um possível aumento. "Eu não sei se o que o governo deverá fazer. A proposta do Ministério da Agricultura é apoiar a reivindicação do setor. Acho plausível, mas isso envolve coisas muito mais complexas", disse a ministra. "Nós temos que esperar o ministro da Fazenda, que deve dar a penúltima palavra, e a presidenta da República, que deve dar a última palavra sobre o assunto", falou.

Setor de etanol discutirá aumento da Cide com o governo. José Roberto Gomes – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/09/2015

Fontes do setor sucroenergético afirmaram que há dois cenários em estudo; um deles prevê a recomposição integral da alíquota, o que resultaria em um caixa extra de R\$ 16 bilhões para o governo

SÃO PAULO - A cadeia produtiva de açúcar e álcool tem agendada para os próximos dias 9 e 10 uma reunião com as principais pastas do governo para discutir a elevação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). De acordo com cálculos do setor sucroenergético, o aumento do tributo pode gerar até R\$ 16 bilhões em receita para o governo.

O aumento representaria uma atualização monetária do valor original do tributo, de R\$ 0,28 por litro, quando foi criado, em 2002. Mais do que isso, o reajuste ajudaria o governo a impulsionar as receitas para evitar o déficit de R\$ 30,5 bilhões no Orçamento de 2016.

Fontes ouvidas pelo Broadcast, serviço de informações em tempo real da Agência Estado, relataram que há dois cenários em estudo. No primeiro, é considerado um aumento parcial do tributo, para algo próximo de R\$ 0,40 por litro. Nessa perspectiva, o litro do derivado de petróleo iria para R\$ 3,49 (11,5% superior ante os R\$ 3,13 vigentes), acarretando em quase R\$ 10 bilhões para o governo. No segundo caso, leva-se em conta a recomposição integral da alíquota, de R\$ 0,22 para R\$ 0,62, que colocaria a gasolina em R\$ 3,72 (+19%) e resultaria nos R\$ 16 bilhões projetados.

A Cide havia sido zerada em 2012, mas voltou a incidir sobre a gasolina em fevereiro deste ano, o que animou o setor sucroenergético. Com o tributo, o etanol retomou parte da competitividade perdida para o combustível fóssil, e suas vendas dispararam. Em julho, por exemplo, o consumo de hidratado, utilizado diretamente no tanque dos veículos, bateu o recorde histórico de 1,55 bilhão de litros, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

Reunião. O setor sucroenergético já agendou uma reunião com o governo para discutir a recomposição integral da Cide na gasolina. De acordo com uma liderança do segmento, será nos próximos dias 9 e 10, em Brasília (DF), com a presença de representantes de representantes da Casa Civil e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), além de entidades da cadeia produtiva de álcool.

A movimentação em Brasília é liderada pelo deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético. De acordo com a fonte, a ideia para a semana que vem é mostrar que o imposto maior sobre a gasolina melhoraria a demanda por etanol, combustível menos poluente do que o derivado do petróleo. Assim, o setor procurará focar nos benefícios ambientais do álcool, de olho, inclusive, nas metas a serem apresentadas pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP-21), em Paris, no fim do ano.

A fonte disse acreditar, porém, que a Cide deverá encontrar dificuldades para ser recomposta no curto prazo, devido ao impacto que teria sobre a inflação já elevada. Até julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulava alta de 9,56% em 12 meses, bem acima do teto da meta do Banco Central, de 4,5%.

Celso Ming: O etanol sob ameaça. Celso Ming – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 06/09/2015

O governo prepara um aumento da Cide com duplo objetivo: dar um gás para o combalido setor do etanol e obter certo aumento de arrecadação

O governo prepara um aumento da Cide, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, com duplo objetivo: dar um gás para o combalido setor do etanol e obter certo aumento de arrecadação.

Em 2012, o governo zerou a Cide de modo a promover o achatamento dos preços da gasolina e, assim, segurar a inflação. Com isso, salvou o aquário, mas matou o peixe. A economia do etanol entrou em processo de forte deterioração, como mostra o gráfico.

No momento, a Cide está de volta, embora a níveis inferiores, com o objetivo de abrir um pequeno espaço para o etanol. Explica-se: como apresenta apenas 70% do teor energético da gasolina, o etanol perde competitividade sempre que seus preços ultrapassam os 70% dos preços da gasolina. Apesar da derrubada das cotações internacionais do petróleo, a Petrobrás ainda segura o preço antigo dos derivados, o que ainda dá certo fôlego ao etanol.

Mas essa situação é instável, porque mantida artificialmente. Na medida em que aumenta os preços da gasolina ao consumidor, a Cide ajuda o etanol. O efeito colateral é seu impacto sobre a inflação. Além disso, um combustível mais caro tende a reduzir o consumo e, com isso, a reduzir a arrecadação, especialmente do ICMS. As resistências dentro do governo ao aumento da Cide levam em conta esses dois fatores.

Mas o problema do etanol enfrenta problema mais grave: o da enorme perda "natural" de competitividade em relação à gasolina, num ambiente de forte derrubada dos preços internacionais do petróleo.

O ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, hoje coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, reconhece que a competitividade do etanol no Brasil fica comprometida sempre que os preços do petróleo resvalam para abaixo dos US\$ 40 por barril de 159 litros.

Este é o nível em que, nas condições atuais de impostos, compensa mais a queima de gasolina nos motores dos veículos, especialmente nos dotados de tecnologia flex. Hoje, os preços do petróleo oscilam em torno desse limite, mas grande número de analistas de respeito no seu setor prevê que a baixa continuará.

Para a defesa do etanol contra predadores de vários tipos, os especialistas evocam duas "externalidades": seus efeitos positivos na preservação ambiental e sua forte capacidade de produzir empregos.

Um estudo da Unicamp apontou redução de 11% nas emissões de CO2 no Brasil, graças à maior utilização do etanol desde o início do Proálcool, em 1975. Então, se é para desenvenenar o ar, é preciso garantir o futuro do etanol - como se pode deduzir desse estudo.

E há o fator emprego. Estimativas de analistas da área dão conta de que o setor do etanol no Brasil produziu cerca de 1 milhão de empregos. Uma devastação nessa área, já enfraquecida pela crise, poderia gerar estragos significativos no mercado de mão de obra.

Mas, apesar dessas recomendações, nas atuais condições em que opera o mercado, o etanol está vulnerável. Poderia não estar se o governo mantivesse regras firmes de jogo, como reclama o presidente da consultoria Datagro, Plínio Nastari. Houvessem essas regras, os empresários do setor poderiam correr mais riscos e, por exemplo, investir em tecnologias redentoras.

O professor Roberto Rodrigues observa que há enormes avanços na área de tecnologia agrícola da cultura da cana-de-açúcar, cujo emprego poderia derrubar substancialmente os custos de produção. Mas reconhece que a implantação desses avanços de ponta requer grande emprego de capitais, que o setor hoje nem está em condições de fazer nem está disposto a isso.

O Brasil está diante de três opções, como aponta Antonio de Padua, diretor técnico da Única, uma das entidades do setor: ou investe em refinarias que custam algumas dezenas de bilhões de dólares; ou investe em projetos de logística que garantam importações de gasolina; ou provê as condições necessárias para que o setor privado invista em etanol e dobre sua produtividade para 12 mil litros de etanol por hectare de cana produzida. O País decide./ COLABOROU LAURA MAIA

Aumento da Cide na gasolina é tema de reunião entre CNA, Ministro da Fazenda e membros da Frente Parlamentar do Setor Sucroenergético – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 21/09/2015

Brasília (21/09/2015) – Membros da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), indústrias e Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético estiveram reunidos, na tarde de quinta-feira (17/09), com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o secretário-executivo da Fazenda, Tarcísio Godoy. O objetivo foi avançar na negociação para o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina.

A Cide atualmente é de R\$ 0,22 por litro do combustível. O tributo foi zerado em junho de 2012. Em janeiro passado, o Governo Federal anunciou a volta da cobrança, em vigor desde maio. A sugestão dos representantes do setor é elevar a Cide em 0,60 centavos por litro. Este aumento pode gerar uma arrecadação adicional de 15 bilhões de reais, sendo 10 bilhões de reais para o governo federal e o restante para os estados e municípios.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Cana-de-açúcar da CNA, Enio Jaime Fernandes Júnior, o aumento da contribuição também vai alavancar a competitividade do etanol, ajudando na recuperação do setor, trazendo com seu desenvolvimento, benefícios econômicos, sociais e ambientais para o Brasil.

O ministro Joaquim Levy se mostrou aberto ao pedido e uma segunda reunião foi agendada para as próximas semanas.

BNDES aprova R\$ 1,5 bilhão para renovação e implantação de canaviais. Rafael Rosas – Valor Econômico, Agronegócios. 25/09/2015

RIO - A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a reedição do Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova) com orçamento de R\$ 1,5 bilhão. Se utilizado integralmente pelo setor, o BNDES Prorenova viabilizará o plantio de mais de 400 mil hectares de cana-de-açúcar, contribuindo para o aumento da produtividade agrícola do setor sucroenergético.

Lançado no início de 2012, o BNDES Prorenova tem como objetivo incentivar a produção de cana-de-açúcar por meio de financiamento à renovação de canaviais antigos e à ampliação da área plantada.

Para esta edição de 2015, o Prorenova sofreu algumas alterações, com destaque para o limite de financiamento por hectare de cana-de-açúcar plantado, que passou para R\$ 7 mil.

Do total da dotação orçamentária de R\$ 1,5 bilhão, R\$ 500 milhões terão como base a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e o restante terá como custo financeiro a Selic. Além disso, manteve-se o limite de financiamento por grupo econômico de até R\$ 150 milhões, dos quais até R\$ 20 milhões poderão ser baseados em TJLP.

A taxa de juros também mudou, com condições mais favoráveis para micro, pequenas e médias empresas. A composição da taxa passou a ter duas possibilidades, uma para financiamentos de até 20 milhões e outras que excederem o limite em TJLP.

Para os financiamentos de até R\$ 20 milhões, o custo financeiro será referenciado em TJLP, a remuneração básica do BNDES será de 1,5% ao ano, a taxa de intermediação financeira será de 0,1% ao ano para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e de 0,5% ao ano para médias-grandes e grandes empresas e a remuneração das instituições financeiras credenciadas será de até 1,7% ao ano.

Para os valores financiados que excederem o limite em TJLP, o custo financeiro referenciado em Selic, a remuneração básica do BNDES será de 1,2% ao ano, a taxa de

intermediação financeira de 0,1% ao ano para MPME e de 0,5% ao ano para médias-grandes e grandes empresas e a remuneração das instituições financeiras credenciadas a será negociada livremente.

Segundo nota divulgada pelo banco de fomento, as solicitações de financiamento superiores a R\$ 10 milhões deverão ser realizadas na modalidade indireta não automática e já podem ser protocoladas no BNDES. No caso das demais solicitações, serão efetuadas por meio da modalidade indireta automática. Os pedidos deverão ser encaminhados aos agentes financeiros tão logo seja publicada a Carta Circular para as instituições financeiras credenciadas, o que deve ocorrer nos próximos dias.

Somente poderão ser financiados, no âmbito do BNDES Prorenova, os projetos de plantio de cana-de-açúcar realizados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2015. Entretanto, todos os gastos para a preparação do plantio que tenham sido feitos a partir de 1º de julho de 2014 poderão ser reembolsados no âmbito do programa. O prazo para protocolo das solicitações de financiamento encerra-se em 31 de dezembro próximo.

NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

ETANOL

Brasil lidera alta global na produção de biocombustível. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 11/09/2015

GENEBRA - As perspectivas para a produção global de biocombustíveis foram revisadas para cima em razão de mais produção no Brasil, destaca a Agencia Internacional de Energia (AIE) em relatório mensal publicado hoje.

A estimativa agora é de que a produção global terá aumento equivalente a 70 mil barris por dia em 2015, dos quais o Brasil será responsável com 50 mil barris/dia. Para 2016, a expectativa é de produção adicional equivalente a 114 mil barris/dia, sendo 70 mil barris/dia vindos do Brasil. A produção global deve alcançar 2,4 milhões de barris/dia no ano que vem.

A alta no Brasil, conforme a AIE, se explica pelo aumento da taxa sobre a gasolina. Isso elevou a competitividade do etanol hidratado, que é vendido nos postos, e também do etanol anidro que é misturado na gasolina.

A agência nota que também a indústria de biodiesel no Brasil recebeu impulso com a lei que ampliou para 7% a adição de biocombustível no diesel, resultando agora numa estimativa de 10 mil barris/dia a mais.

Nos EUA, a pequena alta recente na demanda de gasolina provocou maior demanda de etanol para a mistura no combustível. Apesar de os volumes anunciados de produção de biocombustíveis serem menores do que as metas previstas, ainda assim representarão crescimento no consumo desse tipo de combustível.

A AIE destaca que, no caso do petróleo, o Brasil, um dos grandes produtores que não fazem parte da OPEP, teve produção em julho de 2,45 milhões de barris/dia, seu mais alto nível desde janeiro. A produção no Pré-Sal foi beneficiada com novos poços na

plataforma de Mangaratiba, na Bacia de Santos, compensando declínio em poços na Bacia de Campos.

No entanto, a AIE nota que a ameaça de greve de trabalhadores da Petrobras contra cortes no plano de investimento da empresa joga sombras sobre as perspectivas da produção no curto prazo.

Dólar impulsiona exportação de etanol. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 18/09/2015

As exportações de etanol do Brasil ganharam impulso com a valorização do dólar frente ao real. As vendas externas dobraram nos meses de julho e agosto deste ano, e deverão apresentar crescimento também em setembro frente a igual mês de 2014. Conforme a SCA Trading, as exportações também ganharam força nos últimos meses porque o preço do produto no mercado doméstico estava baixo. Com a alta do produto nas últimas semanas, a "janela" de embarques ao exterior diminuiu.

No acumulado de julho e agosto, os embarques de etanol do Brasil alcançaram 410 milhões de litros - uma média mensal superior a 200 milhões de litros e volume 140% superior aos 170 milhões de litros embarcados no mesmo bimestre de 2014, de acordo com dados da Secex/Mdic. Nas estimativas da trading SCA, o volume embarcado em setembro também deverá ficar no patamar de 200 milhões de litros.

A abertura dessa janela inesperada de exportação deverá fazer com que os embarques em toda a safra - de abril de 2015 a março de 2016 - fiquem estáveis em relação ao volume registrado no ciclo 2014/15, que foi de 1,5 bilhão de litros. Até então, as previsões para a atual temporada indicavam um volume 300 milhões de litros menor, da ordem de 1,2 bilhão de litros, conforme a SCA.

A demanda pelo etanol brasileiro nos meses de julho e agosto foi principalmente dos Estados Unidos e da Coreia do Sul. Juntos, esses dois países compraram 83% do total embarcado pelo Brasil no bimestre. As exportações ao mercado americano foram de etanol para uso como combustível. Já ao país asiático, os embarques visaram atender a indústrias químicas e de alimentação.

Essas oportunidades de exportação contribuíram para ampliar mercados às usinas do Centro-Sul que optaram por deixar suas colunas de desidratação de anidro ociosas nesta safra, dados os deságios praticados nos preços internos desse biocombustível - no Brasil, misturados à gasolina.

O diretor da trading de etanol Bioagência, Tarcilo Rodrigues, estima que, no acumulado deste ciclo 2015/16, em torno de 500 milhões de litros de etanol anidro deixaram de ser produzidos no Centro-Sul devido à falta de estímulo econômico. "Com a abertura da janela de exportação, as usinas que tinham desligados as colunas de anidro, resolveram colocá-las em operação", disse.

Com a recuperação dos preços internos do etanol nas últimas semanas - a alta acumulada em setembro é de 6,8%, segundo o indicador semanal Cepea/Esalq (hidratado) - essa janela praticamente se fechou. Em 2015/16, o Centro-Sul deve produzir 27,7 bilhões de litros, segundo estimativa divulgada ontem pela JOB

Economia. O mercado interno, cuja demanda está 40% maior neste ano, deve continuar absorvendo a maior parte da produção brasileira.

Apoio da Índia ao açúcar no foco da OMC. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 29/09/2015

A Índia ficou ontem na defensiva e não conseguiu responder aos questionamentos de parceiros na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a decisão tomada por Nova Déli de impor às usinas de açúcar do país uma cota de exportação de 4 milhões de toneladas este ano.

A Austrália reclamou que esse volume significa 8% do comércio mundial de açúcar. A preocupação de outros produtores é que a oferta indiana chegará subsidiada no mercado internacional, o que deverá ainda mais as cotações da commodity.

Ontem, no Comitê de Agricultura da OMC, os indianos alegaram que tinham recebido já tarde os questionamentos da Austrália e não tinham condições de respondê-los.

A inquietação é grande entre parceiros. A Índia é o maior consumidor mundial e o segundo maior produtor de açúcar, depois do Brasil. E, pelo quinto ano consecutivo, tem excesso de produção e estoques de 10,2 milhões de toneladas, o maior dos últimos tempos.

Para este ano, a produção indiana de açúcar deverá alcançar 28 milhões de toneladas, ante 26,5 milhões na safra passada, enquanto a demanda doméstica é de cerca de 25 milhões de toneladas.

Ocorre que o preço interno é mais alto que o praticado no mercado internacional, porque o governo impôs um preço mais elevado para a cana. Assim, produtores dizem que só podem exportar o que o governo os está obrigando se tiverem mais ajuda governamental.

Justamente os subsídios indianos já existentes para o setor de açúcar voltaram ao radar da OMC ontem. Em fevereiro, o governo em Nova Déli aumentou a subvenção para exportação do açúcar demerara para 25% acima do atual preço internacional.

Os indianos alegaram na OMC que esse pagamento não é um subsídio à exportação, e sim parte de seu programa de diversificação de exportações.

Além de Austrália e União Europeia, Brasil e Colômbia levantaram questões sobre esses subsídios e pediram para a Índia respeitar o compromisso na OMC para que os países evitem ao máximo recorrer a formas de subvenção a exportação.

Também no Comitê de Agricultura da OMC, a mesma Índia foi alvejada pelos EUA pelo aumento do preço mínimo do algodão - produto que, por sua vez, é altamente subsidiado por Washington.

Os EUA reclamaram também da ajuda da China a seus cotonicultores, e do aumento de gastos de Pequim para formar estoques públicos de algodão. Os chineses alegaram que sua política não afeta as importações e nem está ligada ao aumento do consumo mundial de poliéster.

Brasil e Argentina estiveram entre os países que questionaram a Suíça pelo aumento de subsídios à exportação, mesmo "em circunstâncias excepcionais". Os suíços alegam que seus produtores sofreram com o fim do vínculo entre o franco suíço e o euro. Mas os parceiros não aceitam o argumento de flutuação de moeda para dar subsidio a vendas externas.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa